



REPÚBLICA
PORTUGUESA

MINISTRA DA PRESIDÊNCIA

**Intervenção da Ministra da Presidência
no debate da Moção de Censura da Iniciativa Liberal**

- 5 de janeiro de 2023 -

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O que se espera dos responsáveis políticos em tempo de crise é que respondam aos problemas do presente e construam o futuro.

Foi isso que este governo fez ao longo do último ano, prosseguindo o seu programa e ajustando as políticas à conjuntura que mudou radicalmente semanas antes de o executivo tomar posse.

Quando em março o Governo tomou posse, a grande crítica feita pelos partidos da direita era que o governo não estava preparado para responder à crise, para combater os seus efeitos e apoiar os portugueses, que se limitaria a cumprir o seu programa, sem capacidade para o ajustar à nova realidade que tinha tomado conta da Europa.

Mas o Governo adaptou o seu caminho à realidade que vivemos. E entre os apoios diretos e as medidas de mitigação de preços investimos 6,4 mil Milhões de Euros (um valor equivalente aos apoios durante a Pandemia).

Depois de, uma vez mais, termos respondido aos desafios que se colocaram, o discurso da oposição alterou-se – uma vez mais – e nos últimos meses repetem sempre as mesmas três teclas: que o governo está cansado; sem rumo e que perdeu a capacidade de diálogo e negociação, dizem. Respondo com facilidade a estes 3 argumentos.

Um governo alegadamente cansado conseguiu que o crescimento económico batesse, mais uma vez, todas as previsões nacionais e internacionais. Pouco depois de tomarmos posse, as previsões de crescimento económico eram de 4,9%. Hoje, estimamos que tenha sido de 6,8%. São dois pontos percentuais a mais.

Um governo que dizem sem rumo garantiu - com o mecanismo ibérico e a aposta nas renováveis que a oposição critica há vários anos - que os portugueses são quem menos sente o aumento da energia em toda a Europa.

Um governo que não saberia dialogar mas que assinou um importantíssimo acordo de concertação social e o primeiro acordo salarial da função pública neste século.

Há uma razão para a oposição, principalmente a de direita, não falar de políticas e só falar de política. Sabem que, mesmo no clima instável que atravessa a Europa, o governo tem um rumo, está a executar o seu programa e a responder aos problemas sentidos pelos portugueses no seu dia-a-dia. Os problemas reais que os portugueses enfrentam e não os problemas artificiais que alimentam a agenda das oposições.

O Governo nunca negou a dimensão da crise nem hesitou na resposta necessária:

- Aprovámos medidas para limitar o impacto da inflação que totalizam mais de 6 mil milhões de euros;
- O programa “Famílias primeiro” permitiu apoiar com mais de 2,4 mil milhões de euros os rendimentos das famílias;
- Impôs-se a limitação do aumento das rendas a 2%;
- Reduziu-se de 13% para 6% o IVA aplicável aos consumos básicos de eletricidade;
- Permitiu-se a transição para o mercado regulado do gás; e os apoios às empresas totalizaram um montante de 1 600 milhões de euros.
- Introduziu-se o Mecanismo Ibérico, instrumento temporário e excecional que permitiu aos consumidores poupar cerca de 20% (19,12%) na fatura da eletricidade.

Batemo-nos na Europa com sucesso para garantir o alívio da pressão sobre o preço da eletricidade como tínhamos feito na defesa de uma resposta conjunta à pandemia, através da criação de instrumentos de apoio à recuperação económica com uma dimensão e modelo originais.

O Governo tem um caminho e fez aquilo que lhe competia: dar uma resposta ao presente sem descurar o futuro.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

NUNCA - nem no passado nem hoje - o Governo se escondeu atrás da conjuntura para deixar de prosseguir o caminho que definiu. Um caminho de valorização dos rendimentos, de proteção dos que mais precisam e de aposta na inovação.

- Assim foi quando conciliámos a saída do procedimento por défice excessivo com a política de devolução de rendimentos;
- Quando a direita garantia o falhanço e até parecia que ansiava por ele
- Assim foi quando conciliámos a estabilização do sistema financeiro com a sustentabilidade das contas públicas;
- Quando a direita continuava a repetir que Portugal não tinha credibilidade na Europa
- Assim foi quando conciliámos a eficaz resposta à crise sanitária com a proteção do emprego e o reforço das empresas;
- Quando a direita ficou paralisada face à exigência das medidas necessárias

Foi também isso que fizemos desde abril, garantindo que a crise da guerra e da inflação não nos desvia do caminho de aprofundamento do Estado Social, de modernização da nossa economia e de prosperidade partilhada.

A direita fica invariavelmente à espera de um encontro dos portugueses com o diabo. O Governo está invariavelmente, lado a lado com os portugueses, a responder aos problemas que se colocam no dia-a-dia.

Foi por isso que protegemos as famílias e os mais vulneráveis, mas cá estamos para prosseguir o caminho de reforço das respostas sociais, de combate à pobreza e de redução das desigualdades:

- Aprovámos o Estatuto do SNS e nomeámos a sua Direção Executiva, que já iniciou funções;
- Demos início à gratuidade das creches, que até 2024 chegará a 100 mil crianças;
- Aprovámos a Garantia para a Infância para combater a pobreza infantil e que, em 2023, assegurará um apoio de 100 euros a mais de 155 mil crianças;
- E com a concretização dos investimentos do PRR vamos reforçar os cuidados primários com mais 100 centros de saúde, desenvolver as respostas de saúde mental, modernizar as respostas sociais e aumentar as vagas nas creches; e ainda faremos frente a um dos maiores desafios da nossa sociedade: a habitação, aumentando de 2% para 5% o parque habitacional público nos próximos anos.

Apoiámos as empresas nestes tempos de crise, mas prosseguimos a trajetória de transformação estrutural para uma economia que vê na inovação, na qualidade das relações laborais, nas qualificações das pessoas e na transição climática os seus fatores de competitividade:

- Submetemos a esta Assembleia a Agenda do Trabalho Digno, já aprovada na generalidade;
- Assinámos, na Concertação Social, o Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade;
- Assinámos com os sindicatos o Acordo plurianual de valorização dos trabalhadores da Administração Pública;
- Reforçámos a capacidade instalada em fontes de energia renovável, em particular da energia solar, que contribuirá de forma decisiva para atingir em 2026 a meta de 80% do peso das renováveis na produção de eletricidade, quatro anos antes do previsto;
- Apoiámos, no âmbito do PRR, a renovação energética da habitação de mais de 60 mil famílias;
- Aprovámos o pacote Ambiente Mais Simples, que faz uma reforma profunda nos licenciamentos permitindo acelerar os investimentos indispensáveis ao combate às alterações climáticas;
- Mantivemos a aposta na diversificação da capacidade exportadora da nossa economia que permitiu antecipar de 2027 para 2022 a meta de exportações no valor de 50% do PIB;

- Colocámos no terreno, no âmbito do PRR, as 51 Agendas Mobilizadoras, com mais 7,6 mil milhões de euros para a inovação e para a reindustrialização;
- Também no PRR, lançámos os procedimentos de contratação da maioria das 12 mil novas camas no Alojamento Estudantil, que contribuirá para atingir a meta de 60% de jovens com 20 anos a frequentar o Ensino Superior;
- Em 2022 superámos a meta fixada para a execução do PT2020, concluímos a negociação dos programas do PT2030 e temos já adjudicadas dois terços das verbas do PRR.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados,

No meio de uma dupla crise, o Governo esteve focado no rumo que escolheu e continuou a melhorar a vida das pessoas e a preparar o país para o futuro.

No fundo, é isso que explica que a oposição se concentre em apresentar uma moção de censura inconsequente, que não convence ninguém – nem a si própria - e tenha deixado a política e as políticas, o progresso e as respostas para o governo.

É que enquanto a oposição garante, semana após semana, que o Governo está cansado e esgotado, mantivemos o rumo, a capacidade de diálogo e negociação, apresentando resultados no que conta verdadeiramente: proteger as pessoas, recuperar a economia, fazer avançar o país.

Poder-se-ia pensar que governar é mais cansativo que apontar o dedo e dizer que tudo vai mal. Mas, afinal, onde vemos o cansaço e o esgotamento? Nas bancadas da oposição! Não apenas porque é aí que vemos mais mudanças de lideranças e protagonistas, mas principalmente porque em política não há maior sinal de esgotamento político do que nada dizer, nada propor, nada querer debater.

Bem sabemos que a moção de censura que hoje debatemos tem mais a ver com as disputas na direita do que com a governação do país.

Mas o Governo da República não fecha os olhos aos problemas nem se escusa a assumir os seus erros e, principalmente, a corrigi-los.

- Para responder à crise global sem adiar as mudanças que precisamos de continuar a concretizar;
- Para mobilizar as empresas para uma economia mais forte, moderna e competitiva;
- Para um emprego mais sólido e cada vez mais digno, para mais e melhor emprego;
- Para uma sociedade mais justa e mais igual, combatendo a pobreza e reforçando o Estado Social;
- Para reforçar o nosso papel na Europa, lutando por mais coesão e solidariedade.

Estamos seguros do nosso caminho, que não pode ser apenas o caminho do Governo mas a ambição de um país.

Faremos o nosso papel ... assim o faça a oposição.